

SOCIALISMO E CAPITALISMO DE ESTADO

Marcos Del Roio*

I

Por mais de um motivo é surpreendente o livro de Antonio Roberto Bertelli, que ora temos em mãos. Antes de tudo pela raridade de tal tema na produção da ciência política no Brasil. De fato, poucos autores nestas paragens se aventuraram a tecer considerações de teor interpretativo assim original e polêmico, sobre tema concernente à revolução e à transição socialista. O intento de Bertelli ganha ainda mais em ousadia se considerarmos que esse trabalho se desenvolveu e ganhou maturidade num momento de grave recuo político cultural da reflexão teórica e histórica fundada na tradição crítica do marxismo.

A derrota do movimento operário socialista e a desestruturação e fracasso das experiências de transição socialista surgidas nos desdobramentos da revolução socialista no Oriente-russo, diante da ofensiva do capital em crise, acuaram o marxismo e deixaram o mundo do trabalho praticamente decapitado de sua intelectualidade orgânica. Com isso, a reflexão sobre o tema crucial da transição socialista viu-se quase que inteiramente abandonada.

É certo ainda que a ofensiva do capital e o recuo do movimento operário e da cultura marxista teve reflexos na Universidade e na produção editorial, com o desaparecimento de muitos temas outrora considerados decisivos nas ciências políticas e sociais. Numa situação como essa, o livro de Bertelli dificilmente encontraria guarida no mercado editorial do país ou encontraria a

* Professor de Ciência Política da Unesp/Marília.

Estudos de Sociologia

receptividade que merece, tendo sido publicado pelo esforço de pessoas que ofereceram sua colaboração ao Instituto Astrojildo Pereira e ao Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas para que o livro pudesse ser oferecido ao leitor.

Na verdade, esse livro, inteiramente despreocupado com formalismos acadêmicos, é produto não só de aprofundados estudos sobre a revolução russa e a obra de Lenin, como de um debate entabulado no seio do Instituto Astrojildo Pereira, envolvendo vários participantes numa acesa polêmica. O trabalho de Bertelli – que não peca pela pretensão de ser conclusivo, até porque o debate deve continuar – está dividido em duas partes relativamente autônomas. A primeira parte aborda a teoria do Estado de transição e suas bases materiais na obra de Lenin, dos dias que antecedem a revolução até seus últimos escritos.

A idéia fundamental – e que dá suporte a todo o livro – é que logo em seguida à queda da monarquia absoluta czarista, Lenin já começava amadurecer a concepção de que a transição socialista na Rússia deveria ocorrer por meio do desenvolvimento do capitalismo de Estado. Nesse trajeto, a redação do livro incompleto de Lenin, *O Estado e a revolução*, teria sido um “deslize”, já que teria momentaneamente interrompido e desviado a formulação iniciada nas *Teses de abril*. Bertelli acompanha com atenção o debate sobre a questão do Estado, travado no seio do partido bolchevique entre Lenin e os “comunistas de esquerda”, com destaque para Bukharin, não só para fazer um contraponto elucidativo, mas porque essa é a chave que conecta a segunda parte do livro.

É ao traçar os aspectos mais importantes do debate sobre a herança leniniana que Bertelli localiza precisamente em Bukharin o continuador mais profícuo da tese de Lenin, sobre o capitalismo de Estado como sendo o conteúdo da transição socialista. Explica-se: com a derrota da revolução socialista internacional e a instauração da Nova Política Econômica (NEP) na Rússia soviética, Bukharin foi aos poucos se aproximando de Lenin, até tornar-se o expoente máximo da “direita” do partido bolchevique.

Marcos Del Roio

II

Creio que uma primeira imprecisão, que afeta o argumento do autor, se apresenta quando fica-se sem saber exatamente quando e com o que Lenin rompe na sua concepção teórica, ao surpreender o partido com as *Teses de abril*. Talvez tivesse sido necessário olhar com mais cuidado a concepção leniniana da revolução de 1905, não deixando-a reduzida à noção e projeto um tanto vagos de “democracia revolucionária”.

Como se sabe a análise de Lenin sobre a Rússia do início do século XX era já profundamente inovadora. Percebia que a própria natureza da burguesia russa, frágil e dependente do Estado czarista, não permitiria que fosse a condutora de uma revolução democrática que desenvolvesse as forças produtivas do capital. Essa tarefa recairia sobre o proletariado industrial e o campesinato pobre, que em caso de vitória estabeleceriam sua ditadura democrática, institucionalizada por meio de uma assembléia constituinte.

A burguesia seria uma classe despojada de poder político, da mesma forma que o era sob o regime absolutista do czar, mas seria sempre uma revolução burguesa pois tratava-se de uma revolução nacional e democrática (com a particularidade de ser conduzida pelo proletariado) em condições de desenvolver as forças produtivas, colocando a Rússia num patamar próximo aos Estados do núcleo do Ocidente. Em uma palavra, tratava-se de ocidentalizar a Rússia, num momento que a revolução socialista – apesar do avanço do movimento operário na Alemanha – não estava na ordem do dia, por motivos que não cabe discutir nessa sede.

A eclosão da guerra imperialista e a bancarrota da Internacional Socialista, expressão de uma séria cisão social no seio da classe operária, mudaram inteiramente o cenário. Para fazer frente à generalizada guerra imperialista, desencadeada com apoio mais ou menos entusiástico do reformismo social-democrata, representante dos estratos mais privilegiados da classe operária do Ocidente, fazia-se necessária a cisão teórica e orgânica com o reformismo e a fundação de novos organismos de classe, dentro

Estudos de Sociologia

de uma nova Internacional, com o escopo de desencadear uma revolução socialista internacional, cujo local e momento de início era muito difícil prever.

O esgotamento do Estado feudal-absolutista russo, envolvido na guerra imperialista, possibilitou a eclosão da revolução socialista pelo “elo mais fraco”. Diferente de 1905, uma revolução objetivamente burguesa teve início na Rússia num contexto internacional de revolução socialista. A refundação comunista – de caráter teórico/prática –, promovida por Lenin, teria que atuar em mais de uma frente, concretizando a cisão teórica e orgânica com o reformismo e buscando conduzir o processo revolucionário nas específicas condições russas. Nada mais certo que Lenin propusesse essas questões no seio do partido bolchevique à medida que as condições de exílio e clandestinidade tornassem possível.

Um problema fundamental para demarcar a cisão com o reformismo era o entendimento do Estado político da época imperialista. Bukharin surgiu como o principal interlocutor de Lenin entre os bolcheviques, com o fito de afinar as idéias para o combate com os principais expoentes da social-democracia, Kautski entre todos. Com esse objetivo é que Lenin escreveu *O marxismo e o Estado* (o famoso “caderno azul”) em janeiro/fevereiro de 1917 e *O Estado e a revolução* em agosto/setembro do mesmo ano.

Textos de teoria crítica do Estado, visando definir a cisão teórica com o reformismo, dentro de sua almejada universalidade, não podem ser confundidos com a “análise concreta da situação concreta” da Rússia na conjuntura de desencadeamento da revolução socialista internacional, embora uma reflexão contenha a outra. Assim, esses escritos de Lenin, *O Estado e a revolução* em particular, não são produto de um “deslize” como quer Bertelli, mas de uma preocupação da maior importância para a refundação comunista no momento que a revolução socialista internacional germinava em meio às ruínas geradas pela guerra imperialista.

Quando Lenin apresentou suas *Teses de abril*, o que mais surpreendeu o grupo dirigente que se encontrava atuando na Rússia

Marcos Del Roio

foi a assertiva de que a revolução burguesa estava concluída, não no sentido da maturidade das condições materiais ou realização de uma ordem institucional liberal-democrática, mas sim que já ocorrera a conquista das liberdades democráticas ao mesmo tempo que se preservara a aliança militar feita pelo czarismo, e que surgiam órgãos de democracia socialista, caso dos *soviet*. A possível tomada do poder por parte dos *soviet* garantiria o caráter socialista da revolução na Rússia com a fundação de um Estado-comuna, tal qual teorizado em seguida no livro *O Estado e a revolução*.

No entanto, como a revolução na Rússia era vista como sendo apenas detonadora de uma revolução socialista internacional, para ser vitoriosa, uma complexa equação precisava se resolver: a revolução precisaria ser vitoriosa também em algum Estado imperialista com ponderáveis forças de produção, como era o caso da Alemanha, e as bases materiais do Estado-comuna russo precisariam ser rapidamente erigidas. Com a ajuda de um vitorioso proletariado alemão, a incorporação da ciência e da técnica ocorreria de maneira muito mais acelerada, mas enquanto essa expectativa não se tornasse realidade a Rússia teria que contar com suas próprias forças.

De um ou de outro modo, na Rússia, tratava-se desenvolver as forças produtivas sob a ditadura democrática do proletariado e do campesinato pobre e tal só poderia ocorrer sob a forma de um capitalismo monopolista de Estado. Segundo Bertelli, Lenin chama atenção para esse ponto já em setembro de 1917, no texto *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*, quando apresenta o programa emergencial para o país e o reafirma em seguida no *Poderão os bolcheviques se sustentar no poder?*. O que é difícil aceitar na argumentação de Bertelli é que Lenin tenha abandonado o trabalho que desenvolvia escrevendo *O Estado e a revolução* – um “deslize” segundo o analista –, exatamente para apresentar uma sugestão que indicava o caminho do capitalismo monopolista de Estado, como se um texto não tivesse um vínculo com o outro, ainda mais dentro daquela conjuntura de aprofundamento da revolução.

Estudos de Sociologia

Mas não haveria uma contradição entre a proclamada revolução socialista e a proposição leniniana, ainda embrionária, de um capitalismo monopolista de Estado? Para os comunistas de esquerda, hegemônicos em Moscou, com destaque para Bukharin, se a revolução era socialista, não só o poder político, como também a organização da produção a ser implementada, deveriam ser imediatamente socialistas. Ademais, o prosseguimento da revolução se confundia com a continuidade da guerra, a fim de que se pudesse auxiliar a insurreição proletária nos países da Europa central.

Para Lenin, o socialismo demanda o poder proletário e a presença da ciência e da técnica mais avançada. A revolução seria socialista se fosse internacional, se fossem juntados o poder proletário já conseguido na Rússia com a ciência e a técnica existentes na Alemanha. Mas mesmo assim esse passo demandaria um certo tempo (certamente muito mais longo do que aquele suposto por Lenin), durante o qual se configuraria um capitalismo monopolista de Estado sob poder soviético. A guerra civil e a intervenção imperialista sugerem que a posição da “esquerda” tenha se imposto por algum tempo, embora Lenin tivesse conseguido fazer passar a orientação da assinatura da paz com a Alemanha, ainda que sob pesadas concessões.

Preservado o poder bolchevique na Rússia soviética, numa situação de isolamento diante da derrota (que se augurava temporária) da revolução socialista internacional, Lenin pode amadurecer e expor com maior clareza a concepção do capitalismo monopolista de Estado sob poder soviético como forma e conteúdo do Estado de transição nos seus passos iniciais. A chamada Nova Política Econômica (NEP) foi a fórmula encontrada para dar substância a essa visão, naquela situação de catástrofe social, garantindo a desejável base social do Estado, ou seja, a aliança operário-camponesa. Não só a pequena produção mercantil no campo deveria ser incentivada, mas também as empresas capitalistas deveriam ser reativadas, procurando atrair os antigos proprietários e até mesmo o capital estrangeiro.

Marcos Del Roio

Apenas a firme ditadura democrática do poder soviético poderia dirigir a transição e, por isso, Lenin se preocupou tanto com a reorganização da estrutura estatal, pois aquele que tinha-se em mãos era, em medida exagerada, herdada do velho poder czarista. Era preciso construir não só as bases materiais do socialismo, por meio do capitalismo monopolista de Estado, como também construir um novo Estado que fosse a condensação do poder operário e camponês.

Uma das sugestões mais instigantes de Bertelli é a possível apreensão do conjunto dos textos ditados por Lenin após o agravamento irremediável da doença que o acometeu, e não apenas a famosa “carta ao congresso”, na qual expunha sua opinião sobre alguns dos mais destacados líderes do partido. Bertelli faz uma longa incursão sobre a questão das nacionalidades na formação da URSS, para depois fazer algumas observações sobre a visão leniniana do nexa capitalismo monopolista de Estado / transição socialista, culminando com o texto *Sobre o cooperativismo*. Notável a leitura que faz Bertelli dos derradeiros escritos de Lenin, sugerindo que o grande revolucionário, apesar de bastante debilitado, conseguiu ainda influenciar as decisões do XII congresso do PCR(b) de 1923, no sentido de estimular a fusão entre partido, governo e Estado, e ampliando os poderes de Stalin, ao contrário da recomendação explícita da *Carta ao congresso*.

III

Na segunda parte do livro, Bertelli analisa a disputa pela “herança leniniana” ocorrida nos anos imediatamente subsequentes à morte do grande líder revolucionário. Por “herança leniniana” o autor entende, precisamente, a formulação do capitalismo monopolista de Estado sobre poder soviético como a específica forma da transição socialista no Oriente-russo. Bertelli nota como a proposição de Lenin foi aprovada sem muito debate e como não foi aprofundada de modo suficiente (em função da doença e morte precoce de seu autor). Essa circunstância, somada à luta pelo poder – o outro lado da disputa pela “herança leniniana” –, possibilitou a

Estudos de Sociologia

convergência de grupos e tendências que se opunham à NEP em graus e formas variadas.

Em torno da figura maiúscula de Trotski foram se agrupando os “comunistas de esquerda” (com a decisiva exceção de Bukharin, como ver-se-á) e a “oposição operária”, a fim de contestar os caminhos seguidos pela NEP. O mais notável teórico desse grupo heterogêneo foi Preobrazhenski. Sua argumentação indicava que na Rússia soviética conviviam um setor industrial - socialista, sem uma ponderável acumulação capitalista originária (mas que contava com o poder político) – e um setor agrário - capitalista em desenvolvimento. O respaldo para o arranque da industrialização auto-sustentada da Rússia poderia vir do exterior, em caso da vitória da revolução socialista em países como a Alemanha, ou de investimentos do capital imperialista, o que tiraria o caráter socialista da revolução. Dessa forma, a única possibilidade de fazer avançar a industrialização e a transição socialista seria a expropriação dos recursos gerados no setor agrário-capitalista.

Bukharin, o principal expoente da esquerda comunista nos anos revolucionário de 1917-1921, dissociou-se dessa tendência na seqüência do X congresso do PCR(b), que implantou a NEP. A partir de então, Bukharin manteve-se sempre próximo a Lenin, relação ainda mais estreitada com a doença deste. Logo após a morte de Lenin, Bukharin lançou um opúsculo intitulado “Lenin como marxista”, no qual fazia uma avaliação da chamada “herança leniniana”, citando-o como alguém capaz de fazer análises concretas das situações particulares, ao mesmo tempo que indiretamente se propunha a dar continuidade à obra teórico-prática do amigo e orientador. Nesse texto, como Bertelli chama bem atenção, Bukharin faz as contas com seu próprio marxismo, aquele expresso em várias obras do tempo em que era parte do grupo dos comunistas de esquerda, e já começa a destacar a importância fundamental que, à seu juízo (assim como de Lenin), teria a questão cultural na primeira fase da transição socialista.

Bertelli lembra que a oposição à NEP era bastante heterogênea, mas aglutinou-se em torno da liderança política de

Marcos Del Roio

Trotsky e da teoria econômica de Preobrazhenski. De uma maneira análoga, nota como a debilidade teórica da liderança política do triunvirato Zinoviev-Kamanev-Stalin possibilitou que Bukharin se projetasse como o grande formulador teórico da NEP. Na compartilhável avaliação de Bertelli, eram precisamente Trotsky e Bukharin os mais capazes líderes da revolução que sobreviveram a Lenin, lamentavelmente colocados em campos opostos e ambos derrotados como atores políticos. Avançando para além do período que se propôs a estudar nesse volume, Bertelli discorre ainda sobre como boa parte da esquerda comunista – inclusive Preobrazhenski –, após a derrota de Trotsky e a guinada de Stalin, passou a apoiar este contra Bukharin e contra a NEP.

A análise de Bertelli tende a atenuar as divergências teóricas entre as proposições da “esquerda” e da “direita”, chegando mesmo a afirmar serem essas de caráter apenas formal. Ora, a formulação de Preobrazhenski supõe a existência de uma contradição insanável entre dois modos de produção presentes na formação econômica da Rússia soviética, o “industrial-socialista” e o “agrário-capitalista”. O predomínio do primeiro só poderia ocorrer se a política econômica do Estado priorizasse a indústria de bens de capital, cujo custo seria inevitavelmente arcado pelo setor agrário. Como o próprio Bertelli lembra, seguindo uma observação de Bukharin, essa perspectiva peca pelo reducionismo economicista e o preço dessa política seria, com toda a probabilidade, a ruptura da aliança operário-camponesa, a base de sustentação do poder revolucionário, e a necessidade de um elevado grau de coerção sobre os camponeses. Os comunistas que se perfilavam com essa tese acreditavam que a possível ruptura com as forças agrárias seria compensada por um novo arranque da revolução socialista no Ocidente.

As duas concepções partiam da constatação de que estaria no campo a fonte da acumulação capaz de financiar a industrialização da URSS, mas todo o mais era bem diferente. Para Bukharin, no esforço de dar seqüência aos passos de Lenin, a tarefa essencial do poder soviético era não somente promover a industrialização da URSS, mas alavancar uma revolução cultural que tornasse possível

Estudos de Sociologia

à classe operária e ao campesinato tornarem-se as forças dirigentes do Estado e da vida social, papel esse que havia sido ocupado pelo partido bolchevique, em decorrência da destruição promovida pela guerra civil e de intervenção imperialista, e pelo isolamento da revolução na Rússia.

De crucial importância seria então o respaldo das diversas camadas agrárias ao poder soviético, e para que esse fosse efetivo, as reivindicações econômicas e culturais dessa que era a maioria da população deveriam ser levadas em consideração, mesmo à custa de um ritmo mais lento do processo de industrialização. Desse modo, poder-se-ia garantir a transferência dos recursos gerados no setor agrário para a indústria, sem novos esgarçamentos no tecido social, e ainda promover a difusão de formas socialistas de organização entre os camponeses, combatendo a mentalidade pequeno-burguesa.

Há, portanto, diferenças essenciais entre as duas vias propostas para o desenvolvimento da revolução na URSS, nessa crucial década de 20, e mesmo que a luta pelo poder tenha desempenhado um papel da maior importância no desenlace da contenda, é discutível que tenha sido a questão de fundo, como afirma Bertelli. Mas, por outro lado, um elemento que deve ser ponderado com atenção para que a apreensão dessa conjuntura histórica não fique comprometida é que a proposição do aprofundamento da NEP como forma específica do capitalismo monopolista de Estado sob poder soviético – e esse entendido como fase inicial da transição socialista na URSS em circunstâncias internacionais altamente desfavoráveis – nunca conseguiu um consenso sólido e amplamente majoritário no grupo dirigente do PCR(b).

Apenas derrotado Trotski, uma fratura no triunvirato começa a se expor, implicando um realinhamento de forças políticas. Zinoviev e Kamanev passam a fazer restrições sempre maiores aos caminhos da NEP, até que selam uma aliança com Trotski, compondo uma “oposição unificada”. Note-se que nenhum desses nomes manifestava cabalmente sua oposição à NEP, até por ser

Marcos Del Roio

um aspecto fundamental da “herança leniniana”, então em disputa. Por outro lado, a formação de um novo agrupamento de “esquerda” possibilitou que Bukharin alcançasse o período de sua maior projeção, não só como teórico da NEP, mas como dirigente político postado ao lado de Stalin, até passar a ser acusado de “desvios de direita”, a partir de 1927.

Decisivas continuavam sendo as divergências sobre a política agrária. Na orientação teórico-política da linha de Bukharin (e que parece estar mais de acordo com as últimas indicações de Lenin), a URSS só poderia se fortalecer como uma formação social compósita, na qual estariam presentes elementos de socialismo na indústria estatal e de capitalismo privado no campo, embora globalmente devesse ser considerado um capitalismo monopolista de Estado sob poder operário-camponês. Para a “esquerda”, o fortalecimento da acumulação privada no campo, deveria ser detido a todo custo, e o caminho indicado seria a utilização das tradições comunais do campesinato russo. Na avaliação de Bertelli estariam se defrontando a visão “moderna” da “direita” contra uma outra “atrasada” da “esquerda”, sendo a primeira mais vinculada à tradição social-democrata ocidental e a segunda à tradição *narodnik* russa. Nessa leitura parece paradoxal que seja a visão “atrasada” aquela que mais insista na necessidade de uma rápida industrialização, baseada no setor de bens de capital, enquanto que a visão “moderna” defenda uma industrialização mais lenta e a preservação dos interesses do campo!

Na verdade, cremos ser a questão ainda mais complexa do que faz ver a perspicaz análise de Bertelli. A obra teórico-prática de Lenin, ao deslindar a importância do campesinato na revolução socialista, particularmente a partir de 1917, e especificamente n’*O Estado e a revolução*, refunda o marxismo, não só rompendo com a tradição social-democrata – inclusive na questão agrária –, como incorporando criticamente a formulação *narodnik* sobre a vantagem do “atraso”. O problema ao qual Lenin precisou retornar em 1921, após a derrota da revolução socialista internacional, era a da necessária “ocidentalização” da Rússia soviética, sob a forma do

Estudos de Sociologia

capitalismo monopolista de Estado. A falha fundamental da “esquerda”, naquele momento, foi não ter percebido a profundidade da mudança na situação após 1921, assim como o significado profundo da NEP, persistindo na visão de que se tratava de uma revolução socialista internacional em andamento, e que havia sofrido apenas um pequeno contratempo, em vez de uma grande derrota histórica. Logo, ao contrário do que afirma Bertelli, as divergências eram de fundo e de longo alcance, e não apenas de forma, como parece indicar o discurso político dos contendores.

IV

As tensões presentes no livro de Bertelli, em grande medida, expressam a complexidade do objeto sobre o qual se debruçou com tanta coragem. Mas uma lacuna que se faz presente, e que certamente ajudaria na interpretação das posições e do desenlace da luta pelo poder na URSS, é uma referência à Internacional Comunista e às perspectivas revolucionárias em outros países, que tiveram reflexos importantes no chamado país dos soviets. Felizmente Bertelli antecipa que um segundo volume encontra-se em preparação, abordando o Tempo de Stalin, no qual poderá retomar muitas das questões polêmicas que ficaram em aberto para a avaliação do leitor. O livro de Antonio Roberto Bertelli poderá ser adquirido pelo e-mail: novosrumos@mhd.org.

Marcos Del Roio é professor de Ciência Política da FFC-Unesp (campus de Marília) e Presidente do Instituto Astrojildo Pereira. Autor de *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. SP, Ícone, 1998.

BERTELLI, Antonio Roberto - *Capitalismo de Estado e Socialismo: o tempo de Lenin (1917-1927)*. São Paulo, IPSO/IAP, 1999, 282 p.